

**43º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**

**ST 41 – TEORIA SOCIAL HOJE: DESAFIOS, TENDÊNCIAS E  
PERSPECTIVAS**

**OS NÍVEIS DE ANÁLISE DA ESTRUTURA CONCEITUAL DA SOCIOLOGIA  
COMPREENSIVA DE MAX WEBER: UMA SOLUÇÃO ALTERNATIVA PARA A  
QUESTÃO MICRO/MACRO**

Bruna dos Santos Bolda<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Mestranda em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista do CNPq.

## RESUMO

Estudos hodiernos sobre o método weberiano, especialmente aqueles desenvolvidos por pesquisadores da segunda geração da Universidade de Heidelberg, intensificaram as críticas aos defensores unilaterais de Weber como o pai do individualismo metodológico. Em consonância com esse esforço teórico, objetiva-se analisar a estrutura conceitual de *Soziologische Grundbegriffe* a fim de demonstrar suas respectivas contribuições para uma abordagem não-reducionista. Recorre-se ao esquema metametodológico de análise macro/micro/macro de Gert Albert (2016) com vistas a organizar os conceitos centrais do esquema weberiano em níveis de análise, e, assim, verificar a emergência e a causalidade que daí decorre. Em consonância com a interpretação proposta por Schluchter (2016), pode-se afirmar que Weber inicia sua teoria com a compreensão do sentido da ação social (nível micro). Ao agregar a capacidade de auto ajuste mútuo das ações ele ascende à relação social (nível macro). No ápice de sua macro-teoria, Weber concebe estruturas tomadas subjetivamente como um dever: as ordens sociais. Quando essas têm a participação regulamentada, há a formação de uma organização social (nível macro). Weber reconhece, com efeito, uma sequência lógica de conceitos em níveis de análise, ao quais vão se agregando propriedades emergentes. Argumenta-se, então, que o autor soluciona o problema da relação entre os níveis de análise com uma posição individualista moderada que admite a causalidade ascendente. Contemporaneamente essa abordagem é revisitada por macro-teorias – como o neoinstitucionalismo de Lepsius.

**Palavras-chave:** Max Weber. Individualismo metodológico moderado. Micro. Macro.

## 1 INTRODUÇÃO

O desafio primário da teoria sociológica consiste no desenvolvimento de modelos teóricos compreensíveis que abordem a natureza prática da vida social, especificamente a agregação de indivíduos em coletivos (VANDENBERGUE, 2009). Dicotomias como “individualismo/holismo” e “agência/estrutura”, apesar de implicitamente presentes nas discussões teóricas do final do século XIX e início do XX, somente se institucionalizaram na Sociologia no final do século XX. Por isso, pode-se dizer que, contemporaneamente, a discussão sociológica sobre como se relaciona o indivíduo e a sociedade adquiriu variadas nomenclaturas.

Em cada dicotomia referida acima é possível visualizar, em termos metametodológicos, a oposição entre elementos de nível micro e elementos de nível macro. Isso porque os elementos concretos (referentes empíricos) podem

ser transpostos nas abstrações “micro” e “macro” (referentes analíticos). Assim, no nível micro de análise podem estar, a depender do aparato conceitual utilizado, o indivíduo, sujeito, ação, prática social, habitus, agência, actância, interação, relação, mundo da vida, sistema psíquico, entre outros. O nível macro, por sua vez, pode ser concebido como sociedade, estrutura, instituição, organização, sistema social, ordem social, ou outros conceitos (SELL, 2017).

Especialmente em meados da década de 1980, no contexto do “novo movimento teórico”, houveram inúmeras tentativas de sínteses teóricas que agregavam ou entrecruzavam o nível micro e o nível macro. Dentre uma querela de autores, destacam-se Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e Jürgen Habermas (SELL, 2014). Mas é no século XIX, na figura de Max Weber que encontramos, segundo defesa de Alexander e Giesen (1987), a primeira formulação sintética entre o nível micro e o nível macro – ainda que Weber tenha ficado amplamente conhecido como o “pai do individualismo metodológico”<sup>2</sup>.

Iniciativas relativamente recentes de interpretação da obra weberiana intentam, especificamente, (re)analisar a posição metodológica de Max Weber. Autores como Gert Albert (2016), Thomas Schwinn (1993), Rainer Lepsius (1997), Stefan Breuer (1991), Schluchter (2005)<sup>3</sup>, com base em uma análise comparativa dos níveis [*Mehrebenenanalyse*] dos estudos empíricos e dos textos metodológicos, questionam as propriedades emergentes e as possibilidades de micro e macro redução existentes nos escritos weberianos. É importante destacar que tais esforços recentes de leitura da obra weberiana são especialmente úteis para esta pesquisa pois permitem inserir os escritos do autor moderno em discussões contemporâneas.

Diante desse debate, este estudo objetiva, de maneira geral, analisar a estrutura conceitual da Sociologia Compreensiva de Weber a fim de demonstrar suas respectivas contribuições para a Teoria Contemporânea. Especificamente

---

<sup>2</sup> No individualismo metodológico há a prioridade causal do nível micro sobre o macro: microdeterminação (SELL, 2017).

<sup>3</sup> De acordo com Schluchter (2005), a primeira demonstração dos níveis de análise da obra de Weber foi desenvolvida por David Mc Clelland (1961). Ele analisou *Die protestantische Ethik* [A ética protestante], a fim de demonstrar a existência do “modelo de banheira”.

propõe-se (1) sistematizar e discutir a estrutura conceitual de *Grundbegriffe*<sup>4</sup> e (2) avaliar as principais contribuições desse esquema para a Teoria Contemporânea. Para tanto, adotaremos a divisão metametodológica micro/macro tal qual explicitada doravante. Assim, após a análise exegética da estrutura conceitual de *Grundbegriffe* com vistas ao debate micro/macro, abordaremos uma proposta de atualização da teoria weberiana das ordens sociais desenvolvida pelo neoinstitucionalismo. A escolha em aludir ao neoinstitucionalismo, especificamente, se deu por seu potencial em evidenciar o caráter não reducionista da teoria weberiana. Mesmo adotando uma posição individualista moderada, a teoria de Weber é um potencial para a análise da conexão entre relações sociais significativas e ideias institucionalizadas.

### 3 METODOLOGIA: MICRO/MACRO COMO FORMA DE ABORDAGEM

Na tentativa de, nas palavras de Carlos Sell (2014, p. 37), “desfossilizar a obra de Max Weber” e no “esforço de atualização” muitos pesquisadores da segunda geração da Universidade de Heidelberg<sup>5</sup> se perguntam sobre o que é possível fazer com a teoria weberiana no atual curso da Sociologia. Gert Albert (2016), um dos expoentes da interpretação especializada atual, decompõe a

---

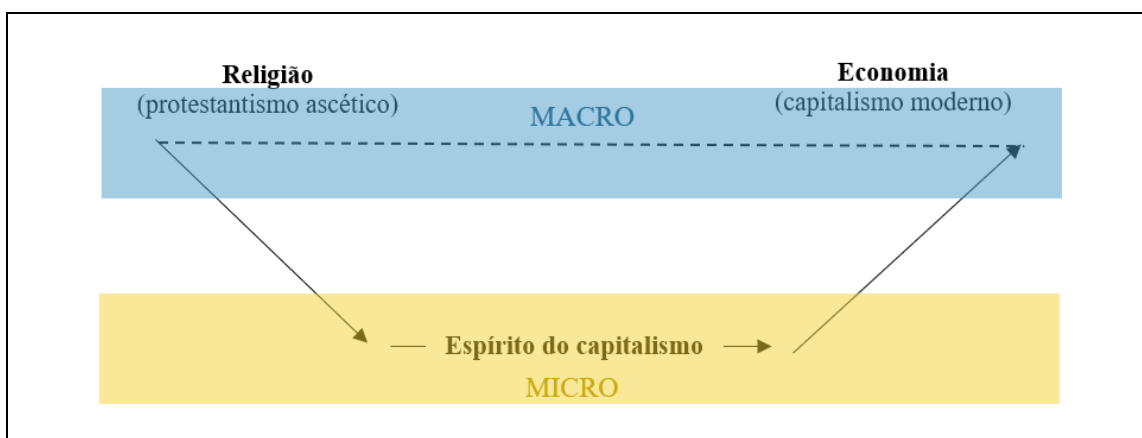
<sup>4</sup> O texto *Soziologischen Grundbegriffen* [Conceitos sociológicos fundamentais] foi publicado postumamente em 1921. Utilizamos, para fins de análise, a edição da MWG 1/23 (2013).

<sup>5</sup> Desde o período pós Segunda Guerra Mundial, as discussões sobre Max Weber estiveram centradas nos Estados Unidos. As interpretações normativistas e evolucionistas realizadas por Talcott Parsons dominaram as leituras no país. Em meados da década de 1970, especialmente com Reinhard Bendix e Guenther Roth, houve a contestação da interpretação parsoniana. Por meio de estudos exegéticos e hermenêuticos eles recuperaram a dimensão histórica e política da teoria de Weber (SELL, 2013). O esforço desses autores, juntamente com Tenbruck, Habermas e Schluchter, sinalizou a primeira fase da *Weber-Renaissance*. Tendo como seu expoente Schluchter, esse novo impulso de interpretação da obra weberiana ficou conhecido como *Entwicklungsgeschichte* ou *desenvolvimental history*. Como o próprio nome propõe, um modelo que integrava a perspectiva evolucionista e historicista. A segunda (e atual) geração, maioritariamente da Universidade de Heidelberg, em um esforço sensivelmente distinto, dedica-se a atualizar a Sociologia weberiana. O centro da discussão está, aqui, na utilidade do pensamento de Weber para os problemas atuais (SELL, 2014).

estrutura conceitual da obra weberiana em níveis de análise a partir da abordagem contemporânea micro/macro. A partir disso, ele questiona se efetivamente há uma primazia do plano micro sobre o macro nos textos “empíricos” (ou históricos) de Weber.

Consoante a abordagem inaugural que David McClellan (1961) concede à *Die protestantische Ethik*, Albert (2016) defende que há na obra weberiana o modelo analítico “macro-micro-macro”. O espírito do capitalismo, uma forma de orientação econômica da ação, é diretamente influenciado pela ética religiosa do protestantismo ascético. O caráter secular do espírito do capitalismo possui afinidades com o típico homem econômico moderno. Percebe-se, com isso, que o modelo analítico da *Die protestantische Ethik* confere igual peso à ação e à estrutura social. A Figura 1 organiza os níveis analíticos dessa obra.

Figura 1 – Níveis analíticos de *A ética protestante*



Fonte: Própria autora, com base em David McClellan (1961, p. 47).

De acordo com o esquema ilustrado acima, não há uma relação causal direta entre os dois fenômenos macro (a religião e a cultura). Antes, há um fluxo causal que vai de um fenômeno macro (a religião), a um fenômeno micro (o espírito do capitalismo), e, então, a outro fenômeno macro (a economia). Em vista disso e com base nos estudos históricos de Weber, Albert (2016) propõe re-enquadrar a teoria weberiana na discussão contemporânea micro-macro/individualismo-holismo. Para tanto, leva em consideração estes aspectos:

- 1) A emergência: a influência da estrutura ou independência do plano macro sobre o micro. As teorias da emergência partem do pressuposto de que

somente componentes de natureza física ou material podem gerar propriedades emergentes. Nesse sentido, uma ação, por exemplo, não possui a capacidade de emergência. Ainda que a ação não possua emergência, e, portanto, não tenha a capacidade de transformar a estrutura, ela pode ser modificada de acordo com a estrutura. A emergência pode ser de dois tipos:

- a. Forte: propriedades explicativas irreduzíveis ao nível micro.
- b. Fraca: propriedades explicativas redutíveis ao nível micro.

2) A causalidade dos níveis: se a a bordagem admite causalidade ascendente (micro-determinação) ou se também admite a causalidade descendente (macro-determinação).

O Quadro 2 sistematiza os tipos de abordagem (individualismo moderado, individualismo radical, holismo moderado<sup>6</sup> e o holismo radical) segundo suas emergências e causalidades.

Quadro 2 – Posições metodológicas e suas características.

	Individualismo		Holismo	
	Moderado (micro-macro)	Radical (micro-micro)	Moderado (macro-micro)	Radical (macro-macro)
Emergência	Fraco	Inexistente	Fraco e forte	Forte
Causalidade	Somente macro-micro, micro-macro e micro-micro	Somente micro	Somente macro-micro, micro-macro e macro-macro	Somente macro

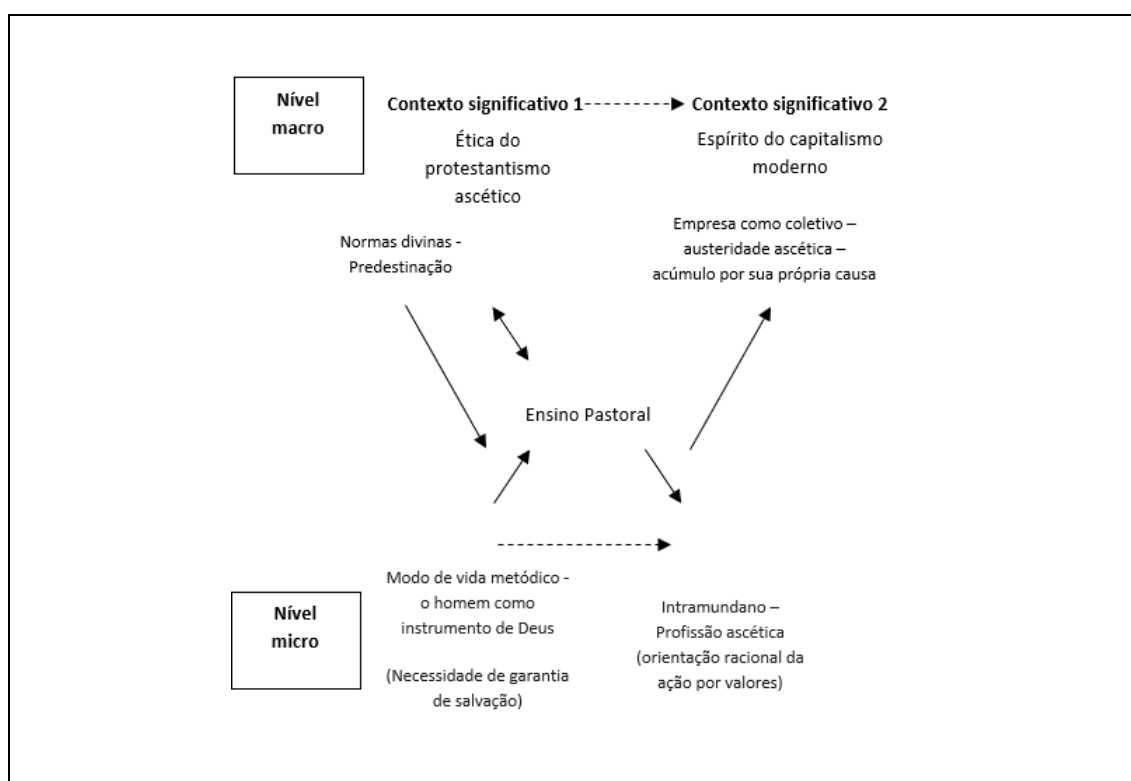
Fonte: própria autora, com base em Albert (2016).

Também Wolfgang Schluchter (2005) desenvolveu uma análise de múltiplos níveis de *PE*. A partir dos insights iniciais de David McClellan (1961) sobre os níveis de análise da *PE*, Schluchter criou um modelo complexificado de

<sup>6</sup> De acordo com Gert Albert (2016), o “individualismo insitucional” desenvolvido por Joseph Agassi tem como alicerce a teoria weberiana. Essa posição metodológica é uma tentativa de unir o individualismo metodológico ao holismo metodológico. Com base nessa abordagem é possível fazer em um “holismo moderado” que não recorre à macrosociologia radical.

análise. O autor entende que a ética religiosa do protestantismo ascético levou ao desenvolvimento do espírito do capitalismo, ainda que não diretamente. A Figura 3 ilustra o seu esquema.

Quadro 3 – Modelo de análise de Schluchter



Fonte: Schluchter (2005).

Consoante à defesa de Schluchter (2005), Weber examina apenas um lado da relação causal: a influência de uma cultura religiosa sobre a mentalidade econômica [*Wirtschaftsgesinnung*] e sua conseqüente formação de uma organização religiosa. Mas há, nesse trâmite, uma etapa intermeditária não discutida claramente, mas também não suprimida: o ajuste paulatino dos padrões de interpretação religiosos subjetivos sobre a crença na necessidade de garantia da salvação. Somente a partir disso é possível o surgimento do “espírito” do capitalismo moderno. É justamente pela impossibilidade de reduzir os padrões de interpretação subjetivos à ética protestante ascética que Schluchter defende Weber como um individualista moderado.

Gert Albert, sob outra perspectiva, inicialmente, no artigo *Holismo Metodológico Moderado: uma interpretação weberiana do modelo macro-micro-*

*macro* de 2016, desenvolveu uma interpretação holista-moderada do modelo macro-micro-macro da obra de Weber. Isso porque no holismo moderado admite-se tanto a existência de fenômenos emergentes fortes (causalidade descendente) quanto fracos (causalidade ascendente). Dito de outra forma, o holismo moderado admite causalidade do nível macro sobre o micro e do nível micro sobre o macro desde que elas sejam mediadas pela ação humana.

Weber se afasta do individualismo moderado, argumenta Albert (2016), porque ele admite a influência forte do nível macro sobre o micro. O exemplo é a influência da conduta ética do protestantismo ascético sobre o desenvolvimento do espírito capitalista. Ou como, de maneira geral, a influência das normas e instituições sobre a ação dos atores. Essa é uma posição antirreducionista pois não admite a sobre determinação do nível macro sobre o nível micro nem a sobredeterminação do nível micro sobre o macro.

Baseado na posição antirreducionista de Weber, Albert (2016) sustenta a fundação de um paradigma de múltiplos princípios de ação (macro-micro-macro). A ação pode ser inicialmente motivada, moldada ou orientada por uma macroestrutura social (macro-micro). Logo após, essa mesma ação passa por um processo de contato com as demais características dos indivíduos (micro-micro). Por fim, há um processo de conexão das ações individuais às regras institucionais (micro-macro).

Mas essa inovadora interpretação dos escritos weberianos não tardou a receber críticas. Dentre elas, destacamos as que argumentam em prol da impossibilidade de encontrar macrodeterminações na sociologia de Weber (ESSER, 2006). De acordo com Carlos Sell (2014, p. 46), após tais críticas Albert reviu a sua posição e:

simplesmente transcende a divisão e passa a advogar que a posição metodológica weberiana pode ser situada como uma terceira via que evita tanto a tendência reducionista de privilegiar o polo da ação sobre o polo da estrutura (atomismo) ou, ao contrário, o polo da estrutura sobre o plano do agente (coletivismo). Na senda de autores como Pierre Bourdieu, Habermas ou, para empregar aqui a já usual expressão de Anthony Giddens, Weber seria, *avant la lettre*, um teórico da “dualidade da estrutura”. Nem só as estruturas (primeira via), nem somente a agência (segunda via), o fato é que Weber nos abre um caminho para uma terceira via que integra as duas abordagens concorrentes.



Ainda que Albert tenha mudado a sua posição, nos importa, para este estudo, o seu esforço de discutir contemporaneamente a teoria weberiana. Em especial, nos interessa a sua tentativa de enquadrar o debate metodológico de Weber na contemporânea discussão sobre os níveis de análise micro/macro. Ainda que a distinção micro/macro tenha origem na teoria da escolha racional, a utilização dessa dicotomia como um esquema meta-teórico não implica, necessariamente, a opção teórica da escolha racional (SELL; JUNIOR, 2016). É possível utilizar a distinção micro/macro como um esquema auxiliar de níveis de análise. E é justamente esse esquema de níveis de análise o que nos interessa para o desenvolvimento desta pesquisa.

Objetivamente, essa divisão em níveis de análise (nível micro e nível macro) nos será útil para organizar a investigação dos conceitos centrais da metodologia weberiana. Schluchter (2016) propõe, com base no enquadramento metodológico da teoria weberiana em níveis feito por Albert (2016), ordenar os conceitos desta forma: nível micro (ação social), nível macro (relação, ordem e organização).

#### **4 OS NÍVEIS DA ESTRUTURA CONCEITUAL DA SOCIOLOGIA COMPREENSIVA**

Os atuais especialistas da obra weberiana que dedicam-se ao estudo dos pressupostos metodológicos e epistemológicos advém majoritariamente da Universidade de Heidelberg. Suas discussões centram-se especialmente, à despeito do que almejamos com esta pesquisa, na atualização da síntese weberiana entre a teoria da ação, ordens e instituições sociais. Como resultado destes esforços, segundo Carlos Sell (2014), consolidou-se, de um lado, um “paradigma weberiano” defendido por Gert Albert *et al* (2003), e, de outro, um “programa de pesquisa” de orientação weberiana proposto por Schluchter (2005). Ambos intentam fundar uma abordagem sociológica de múltiplos níveis.

Não adentraremos no mérito desta discussão propriamente dita pois ambas as propostas debatem temas que estão para além da síntese micro/macro

(alguns, inclusive, que adentram em temas de textos empíricos)<sup>7</sup>. Com um objetivo menos audacioso, proponho, com esta pesquisa, desvendar estritamente a dimensão dos níveis de análise. Com maior grau de precisão, ainda, é possível dizer que eu atento exclusivamente para a composição estrutural (e seus respectivos entrelaçamentos internos) de *Grundbegriffe*. Isso porque o texto de 1921 é a formulação final da Sociologia Compreensiva de Max Weber.

## 2.1 O MICRO EM GRUNDBEGRIFFE: A AÇÃO SOCIAL

No nível micro do esquema conceitual da Sociologia Compreensiva localiza-se a ação. Para Weber (*MWG* 1/23, 2013) os elementos substanciais da ação são o **comportamento** humano [*Verhalten*] e o sentido subjetivo. Por isso, é possível afirmar que a ação é um um “evento”, uma “ocasião”, um “desenrolar” de uma atitude que, diferentemente de um simples comportamento inconsciente, possui um “sentido” subjetivamente visado e conscientemente intencionado (HABERMAS, 1999). Em síntese, nesse contexto, o comportamento antecede logicamente a ação, e a ação, por sua vez, sinaliza um avanço com relação ao comportamento.

Se o sentido é o que difere a ação do comportamento, o elemento que distingue a ação individual da ação no social é a referência ao comportamento de outros atores. O conceito de ação é estruturado monologicamente com relação somente ao sentido. O que diferencia uma ação de uma ação social é, portanto, sua estrutura dialógica: o sentido subjetivamente visado e a orientação da ação em função da expectativa ação de outros sujeitos (HABERMAS, 1999).

O clássico exemplo weberiano da colisão de dois ciclistas também elucida as diferenças da ação em social se comparada à ação estritamente individual. Imaginamos dois ciclistas andando em sentidos opostos da mesma rodovia, um

---

<sup>7</sup> O programa de pesquisa proposto por Schluchter (2005), a saber, possui 10 conceitos fundamentais: 1) racionalismo crítico, 2) tipo ideal, 3) compreensão explicativa, 4) racionalismo heurístico, 5) individualismo metodológico, 6) análise de múltiplos níveis, 7) orientação por resultado ou por valor intrínseco, 8) discussão sobre o valor, 9) luta de classes e de estamentos e 10) personalidade. Já o paradigma de Albert (2003) pauta-se em três eixos: problemas ontológicos, metodológicos e empíricos.

conduzindo sua bicicleta em direção norte e outro, em direção sul. Em um dado momento ambos os condutores desviam a atenção e colidem. Tal colisão é uma simples ação humana. Imaginamos agora que logo após a colisão os condutores tentam realizar uma negociação amistosa dos danos físicos das bicicletas. Há, nessa situação, uma ação em contexto social já que está orientada subjetivamente pela expectativa objetiva da ação do outro ator. Ambas as dimensões elucidam as propriedades racionais dos agentes, afinal, os atores sustentam subjetivamente a sua expectativa ao levar em consideração a média das demais ações racionais de sentido subjetivo (WEBER, *MWG 1/23*, 2003).

Em tese, as características que diferem a ação social da simples “ação” são: 1) referência subjetiva (seu sentido refere-se ao comportamento de outros – seja esse um comportamento encerrado, decorrido, em curso, em processo, intencionado ou esperado no futuro) e 2) referência objetiva (a orientação externa do curso da ação também refere-se ao comportamento alheio) ao comportamento alheio.

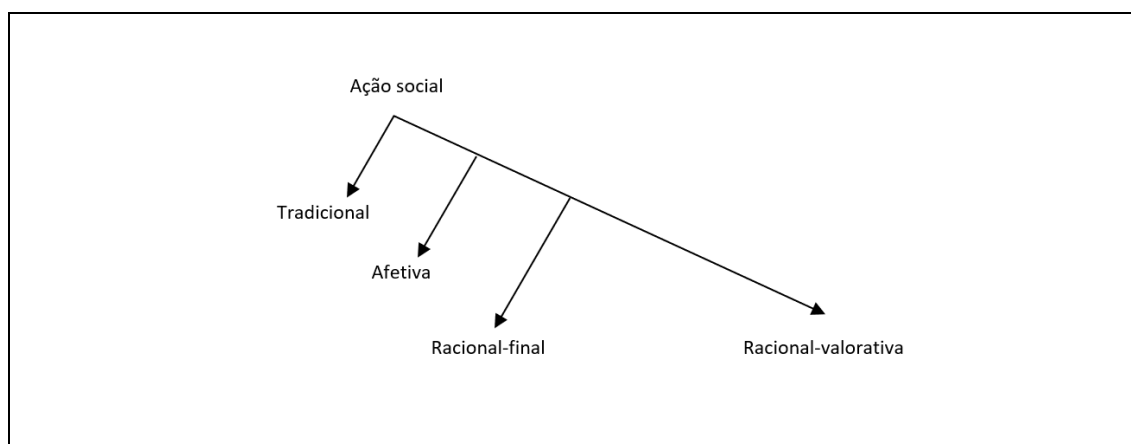
Weber prioriza a análise da ação racional com referência a fins pois ela possui compreensibilidade evidente. Essa é a ação que se orienta pela expectativa do comportamento dos outros agentes, e que, com base nisso, organiza estrategicamente seus meios a fim de alcançar o grau máximo de probabilidade de êxito. Ela também serve como um tipo ideal que permite compreender, por meio de comparação com um comportamento puramente racional, os “desvios” influenciados por irracionalidades de diversos tipos em ações reais.

Somente para fins de conveniência metodológica a Sociologia Compreensiva é “racionalista”. Segundo Karl-Siegbert Rehberg (2014), embora Weber não acreditasse que a maioria das ações observáveis fossem motivada “racionalmente” ou mesmo “propositalmente racional”, ele preferia servir “ao racional da finalidade como um tipo ideal”. Nesse sentido, Weber admite a análise intelectual tanto de ações racionais quanto de ações irracionais (como as ações intuitivas ou impulsos afetivos). Ainda que essas ações tenham menor grau de evidência, eles são suficientes para a explicação sociológica. São 4 os tipos ideais de ação de *Grundbegriffe*: ação tradicional [*traditional Handeln*], ação afetiva

[*affektuell Handeln*] ação racional com referência a valores [*wertrational Handeln*] e ação racional com referência a fins [*zweckrational Handeln*].

Schluchter (2014) desenvolveu um modelo de progressão racional baseado na presença de características, conforme ilustra a Figura 4 a seguir. Chamamos esse modelo de “ascendente-positivo”.

Figura 4 - Tipos de ação de *Grundbegriffe* segundo progressão racional: modelo ascendente-positivo



Fonte: Schluchter (2014).

Este esquema de Schluchter (2014) revela-se coerente pois ilustra a relação entre as duas variantes de ação racional que estão no mesmo “grau” de progressão racional: a ação racional com referência a fins e a racional com referência a valores. Weber (1921) confere peso igual à ação racional orientada por fins e por valores pois ambos os modelos são racionais e passíveis de racionalização. Para o observador, entretanto, as chances de identificar a causa de uma ação finalista são melhores haja vista seu grau máximo de evidência.

O modelo de Schluchter (2014) também revela a relação, em termos de progressão racional, entre a ação tradicional (rotinizada), a ação afetiva (espontânea, não rotinizada) e a ação racional (regida por regras, sejam elas valorativas ou finalísticas). Por isso esse arquétipo é mais fidedigno com a realidade. O comportamento tradicional é o mais distante da racionalidade por conta de seu caráter quase reativo, habitualístico e pouco refletido. Ele decorre de estímulos habituais que vão paulatinamente, por meio da rotina, se enraizando nas ações do agente. A ação valorativa diz respeito a um valor intrínseco. Ela é

racional justamente por estar raciocinada, refletida e sistematizada internamente pelo agente consigo próprio. A ação valorativa não alcança a maior progressão de racionalidade pois ela está guiada por um valor inerente, e, portanto, independe do resultado (se benefícios ou se prejuízos) e das consequências. A ação racional com referência a fins é a que mais progride em termos de racionalidade pois está guiada pelo êxito de fins ponderados e pela eficiência de meios perseguidos racionalmente.

## 2.1 O NÍVEL MACRO: AS RELAÇÕES SOCIAIS

Gabriel Cohn (1979) esclarece que Weber esteve preocupado em entender como as diversas ações particulares se articulam a ponto de resultar uma orientação comum para muitos agentes. Dito de outra forma, ele esteve ocupado em compreender como as ações singulares podem originar linhas comuns de ação e de sentidos que podem ser incorporados em processos sociais mais amplos. A transição do nível micro (das ações) para o primeiro elemento de nível macro é realizado por Weber através do conceito de relação social.

Como um conceito supõe logicamente o outro em seu esquema analítico, as ações sociais, quando estão em relacionalidade mútua [*auf ein anderen bezogen*], desenvolvem relações sociais. Afinal, mesmo as ações de nível micro possuem efeitos e consequências em nível macro (como as relações, as organizações e as ordens sociais). Nos parágrafos 3 e 4 do texto de 1921 Weber define a relação social como um comportamento referido, em seu sentido subjetivamente visado, por um conteúdo de sentido que serve de referência mútua para uma pluralidade de indivíduos. Nesse cenário, os agentes orientam suas ações por um sentido comum e as ajustam [*einstellen*] reciprocamente umas às outras (WEBER, MWG 1/23, 2013). Em outras palavras, na relação social há o rearranjo mútuo de ações sociais e de seus respectivos significados até que um conteúdo de sentido específico se forme.

É importante perceber que há dois conteúdos de sentido em uma relação social: o conteúdo de sentido da relação social propriamente dito, que serve de referência mútua, e o conteúdo de sentido próprio da ação social (o qual está em

referência ao sentido da relação). Em princípio, esses sentidos atuam em duas dimensões distintas. O sentido da ação social opera na dimensão individual em referência a outros comportamentos particulares. Já o sentido da relação social está na dimensão institucionalizada. Portanto, ainda que uma relação social possua uma referência mútua de sentido, as ações que a compõem possuem sentidos plenos e completos<sup>8</sup>.

Em termos contemporâneos, podemos intitular os comportamentos mutuamente referidos e ajustados por um conteúdo de sentido comum de “ações coordenadas”. É por isso que Schluchter (2014) defende a tese de que na transição da ação social para a relação social há a mudança da “orientação” para a “coordenação” da ação. Isso significa que no plano da relação social os atores coordenam suas ações uns em referência aos outros adequando-as mutuamente, mesmo que seus planos de ação sejam distintos. A relação social é, portanto, segundo a linguagem da teoria dos sistemas, um fenômeno “emergente” da ação social (SCHLUCHTER, 2014). Ela forma padrões complexos de ação a partir de unidades de sentido mais simples. Assim, ela não cria novas *substâncias* autônomas, mas confere novas *características* à ação já existente.

## 2.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO NO NÍVEL MACRO: AS ORDENS E ORGANIZAÇÕES

A macrosociologia weberiana pode ser considerada uma teoria da institucionalização das ações sociais regulares e repetidas. Isso porque que, de acordo com Schluchter (2014), a existência de estruturas sociais aumenta a *chance* de que as ações no interior das ordens se desenvolvam de uma determinada forma. Assim, tanto maior a persistência das relações quanto maior é a *chance* de que as ações se desenvolvam de determinada forma quando embasadas em pressupostos das ordens sociais. À vista disso, especificamente após definir

---

<sup>8</sup> Falamos em autonomia relativa pois, ainda que a relação possua um conteúdo de sentido próprio, ela remete, em última instância, às diversas ações sociais que a compõem. Nesse cenário, a relação social é desenvolvida em um nível acima da ação pois ela está além da orientação de comportamento significativo. Ela adentra no limite dos comportamentos coordenados.

a relação social (§ 3) Weber (MWG 1/23, 2013) passa ao tema das ordens sociais (§5, §6 e §7) pois, assim, consegue fazer o *link* entre ações mutuamente ajustadas em seu conteúdo de sentido (relações sociais) e formas mais amplas de linhas de ação (ordens sociais).

Segundo nossa interpretação dos parágrafos 5, 6 e 7 (e de suas respectivas notas), é possível afirmar que há dois elementos que compõem a ordem legítima: o simbólico (representação) e o moral-normativo (vigência legítima). O elemento simbólico alude à existência da ordem *stricto sensu* no plano da representação. A imagem mental da existência de uma ordem [*Ordnung*] é o que garante externa e internamente a regularidade das ações sociais dos seus participantes. Nas palavras de Weber “Handeln, insbesondere soziale Handeln und wiederum insbesondere eine soziale Beziehung, können von seiten der Beteiligten an der Vorstellung vom Bestehen einer legitimen Ordnung orientiert werden”<sup>9</sup> (MWG 1/23). Na prática, os indivíduos aceitam a representação [*Vorstellung*] de uma ordem social como referência de suas ações.

O elemento moral-normativo, por sua vez, diz respeito ao sentimento de dever de cumprimento da ordem. A ordem é introjetada pelo próprio agente e tomada, assim, como uma máxima para a ação. A vigência legítima de uma ordem indica a probabilidade de que as ações se orientem, na prática, pelo conteúdo de sentido da relação haja vista a probabilidade coletiva de convicção em sua validade e de aceitação de sua autoridade. Isso é, que as ações adotem tal conteúdo de sentido como modelo moralmente obrigatório de comportamento. A vigência de uma ordem pode ser reconhecida como legítima pelos agentes por conta a) da tradição, b) da crença afetiva, c) da crença racional referente a valores, d) da legalidade de um estatuto (seja essa legalidade legitimada por acordo ou por imposição).

Em síntese, podemos definir a ordem legítima como um conjunto de normas, deveres e responsabilidades [*Vorbindlichkeit*] considerados “máximas obrigatórias para as ações” [*Maximen*] e modelos indicáveis [*Vorbildlichkeit*] para as relações, das quais decorrem regularidades (ESSER, 2000). Ela é, em outras

---

<sup>9</sup> “Toda ação, especialmente a ação social e, por sua vez, particularmente a relação social podem ser orientadas, pelo lado dos participantes, pela *representação* da existência de uma *ordem legítima*” (WEBER, 1921, p. 19).

palavras, o conteúdo do sentido (tomado como uma máxima normativa) que orienta as ações no interior da relação. Assim, a ordem permeia desde a relação subjetiva até a objetiva. Com essa representação de máximas obrigatórias os atores atribuem sentido e significado à ordem e, ao mesmo tempo, orientam suas ações por ela conferindo-lhe, assim, substância. Isso evidencia a força das ordens sociais legítimas que combinam *Vorbildlichkeit* e *Verbindlichkeit*.

Quando as ações regulares são majoritariamente racionais com referência a fins, há a vigência de uma ordem econômica. A ordem jurídica, por outro lado, é advinda da ação racional com referência a valores. Já a ordem convencional é derivada da ação tradicional. Todavia, como podemos perceber, a ação afetiva não está contemplada. Os motivos dessa exclusão não sabemos ao certo. Mas podemos afirmar que outrora (especificamente nos textos sobre a dominação carismática) Weber desenvolveu reflexões sobre a formação da ordem afetiva.

Sell (2018) afirma que há a dominação carismática em forma pura (como a confiança em qualidades extracotidianas) e em forma institucional. A transformação do carisma pessoal em carisma institucional requer que o quadro administrativo encabece o processo de rotinização ou pela via evolutiva (transformação da ordem carismática em ordem convencional ou jurídica) ou pela via da objetivação (supressão completa do carisma). Assim, a ordem afetiva assume a forma institucionalizada, há um estado de coletivização racionalizado das emoções.

Quando no interior da ordem legítima há uma relação social (seja ela comunitária ou associativa) que limita regulamentadamente a participação de novos associados há uma organização. Em termos técnicos weberianos, a organização é uma relação social fechada para fora. Por isso, sua característica sociológica fundamental que a difere de outras formas de relação social e mantém sua existência é a presença de um grupo de pessoas destinado a cumprir a ordem. A figura do dirigente é, aqui, indispensável. Nas palavras de Weber (MWG 1/23, p. X) “Die Existenz des Verbandes haftet ganz und gar an dem Vorhandensein eines Leiters und eventuell eines Verwaltungsstabes. D.h. genauer ausgedrückt: an dem Bestehen der Chance, daß ein Handeln angebarer



Personen statffindet”<sup>10</sup>. É ele o responsável por fazer com que todos cumpram os preceitos normativos da ordem<sup>11</sup>.

A depender do tipo e da forma de atuação do quadro administrativo, Weber (*MWG* 1/23, p. x) tipifica no §15 a organização em três categorias distintas: a) A **empresa** [*Betrieb*] é uma organização na qual o quadro administrativo age continuamente de forma racional referente a fins. Ela independe da natureza de sua atividade contanto que apresente continuidade e ação de fins. Portanto, a empresa pode abranger desde atividades políticas até atividades religiosas; b) A **união** [*Verein*] é uma organização baseada no acordo mútuo firmado pessoalmente. Esse acordo persegue um plano prévio, e, portanto, ele é racional com referência a fins. Comumente sua vigência influi exclusivamente sob os associados; c) A **instituição** [*Anstalt*] é uma organização territorial cuja ordem se impõe a todos que tenham nascido, que morem ou que usufruam de serviços de um determinado local. Em todos esses casos, a ordem está passível de se impor tanto sobre os associados quanto sobre os não-associados, especialmente através de disposições jurídicas aplicadas. Os maiores exemplos de instituição desenvolvidos por Weber são o Estado heterocéfalo e a Igreja (especificamente a Igreja que possui ordens racionalmente instituídas).

Isso posto, é possível defender a tese de que as ordens e organizações dependem intrinsecamente das ações e relações sociais. As ordens não são possíveis sem ambos os elementos. A vinculação inversa também existe – de influência da ordem e organizações sobre as ações e relações –, mas em nível mais fraco. Acontece que as ordens existem pelas ações e relações, mas as ações podem se desenvolver sem as ordens. Ambas as dimensões possuem propriedades causais, mas as ordens possuem propriedades emergentes fracas e as ações sociais, propriedades emergentes fortes. Schluchter (2014) reitera a

---

<sup>10</sup> “A ‘existência’ de uma associação depende por completo da ‘presença’ de um dirigente e, eventualmente, de um quadro administrativo, isto é, em termos mais precisos, da existência da *probabilidade* de haver uma ação de pessoas indicáveis” (WEBER, 1921, p. 30).

<sup>11</sup> Parsons (1947) afirma que Weber tende a reconhecer chefes individuais. Possivelmente a maior exceção dessa “regra” são os comitês, câmaras ou congressos – ainda que nesses lugares haja a tendência de que um ser que possua mais autoridade do que os demais (caso do primeiro ministro ou do chefe do congresso).

nossa posição ao afirmar que em Weber as relações objetivas possuem caráter causal que precisam necessariamente, remeter-se às ações. Os fenômenos coletivos são, sob essa perspectiva, chances de que as ações sociais se desenvolvam de uma determinada maneira.

É possível questionar, nesse ínterim, se Weber pretendeu substituir o conceito de sociedade preponderante na sociologia até então pelo de ordem, haja vista que a ordem é o que melhor exprime a tentativa de Weber de discutir a dimensão supraindividual. Mas essa relação não pode ser traçada de forma tão ligeira. A sociedade foi teorizada no seio da sociologia como uma realidade *sui generis* (autor) e anterior ao indivíduo (autor). As ordens, por outro lado, são os poderes sociais formados pelas ações dos indivíduos: como a economia, a religião e a política.

Weber estava ciente que combinar a ação de uma pluralidade de indivíduos resulta em alguma coisa *sui generis*, que não pode ser reduzida à uma única ação *per si*. Da combinação de atitudes únicas emerge estruturas mais complicadas e complexas. A forma como a constelação de ações está constituída é mais importante do que a ação individual (DUSZA, 1989).

Schluchter (2014) convenientemente esclarece que a arquitetura do pensamento de Weber não é *genético*. Isso é, Weber não pensa a ação social como um elemento isolado, ao qual vai se introduzindo o contexto social, e, com isso, formando novas estruturas. Obviamente, ele reconhece uma sequência lógica de conceitos em níveis de análise (ação social, relação social, organização e ordem-ordem legítima). Esses conceitos estão construídos uns sobre os outros e possuem propriedades emergentes agregadas. Por isso, mesmo que as relações possuam elementos distintos das ações sociais, elas não são substâncias autônomas. Elas dependem inteiramente de seu elemento logicamente anterior.

#### **4 DEBATES CONTEMPORÂNEOS: ATUALIZAÇÃO DA MACRO TEORIA DE WEBER**

Há tentativas recentes de atualização da “macro-teoria” de Weber que evidenciam seu potencial de análise da conexão entre sistema de relações sociais significativas e ideias institucionalizadas. Tais abordagens recorrem especialmente à explicação do geral a partir do particular – à exemplo do que propunha Weber. Destacamos o neoinstitucionalismo, uma corrente dedicada a rediscutir o conceito weberiano de ordem<sup>12</sup>.

Ainda que a ordem seja essencialmente um problema sociológico, ela não prosperou na teoria contemporânea. Poucos autores, dentre eles Luhmann (2013) e Parsons (2005), levaram à cabo a utilização desse termo. Na teoria contemporânea, portanto, as “ordens” corresponderiam em termos de nível de análise aos sistemas sociais, como em Luhmann (2013), às estruturas sociais, como em Bourdieu (2007) e Giddens (2003) e aos dispositivos, como em Foucault (1999). Com uma conceituação intimamente semelhante à de ordem, o termo instituição (entendido como relações sociais permanentes regulamentadas por estatutos formais) foi o que parece ter prosperado na Teoria Sociológica Contemporânea.

O neoinstitucionalismo nasceu, nesse contexto, como uma resposta às abordagens behavioristas que prevaleceram nas décadas de 1960 e 1970 – por isso o apogeu de sua expansão foram as décadas de 1980 e 1990. Ao invés de conferir uma explicação psicológica do comportamento humano, à exemplo do que fazia o behaviorismo, o neoinstitucionalismo procurou compreender as regularidades do comportamento humano através das instituições. Para tanto, foi necessário partir do pressuposto de que as instituições possuem tanto um caráter voluntário quanto determinista, e, por isso, elas concomitantemente influenciam e são influenciadas pela ação humana (HALL; TAYLOR, 2003).

Duas respostas distintas para o problema da correlação entre comportamento e instituições insurgiram daí: a resposta cultural e a resposta

---

<sup>12</sup> A essas tentativas de releitura da obra weberiana Jeffrey Alexander (1995) intitulou *weberianismus*.

“calculadora”. A resposta cultural conferiu maior peso aos modelos morais e cognitivos advindos da cultura, e, por isso, percebeu que o o comportamento humano é limitado por essa “visão de mundo” propagada pelas instituições. Já a resposta calculadora evidenciou o cálculo estratégico-instrumental realizado pelas instituições que buscam êxito em seus objetivos definidos. Sob essa ótica os agentes agem com base na expectativa do comportamento alheio haja vista o certo grau de confiabilidade dessas expectativas conferidos pelas penalidades e acordos das instituições (HALL; TAYLOR, 2003).

De todo modo, grande parte dos autores da Teoria Institucional tributam aos estudos empíricos de Weber, especialmente aqueles sobre a racionalidade, os valores e a burocracia, a fundação da área (SCOTT, 1975; DIMAGGIO, POWELL, 1991a; JEPPEPERSON, 1991; MEYER, ROWAN, 1991; STEINMO, THELEN, 1998; TOWNLEY, 2002; JENNINGS, GREENWOOD, 2003 *apud* LEPSIUS, 2017). Weber destaca as ordens sociais como procedimentos organizados e estabelecidos que influenciam a lógica da construção do sentido do comportamento das pessoas. Nesse contexto, é a cultura o que confere sustentação aos valores e ideias nos quais as ações se baseiam e aos interesses pessoais, ambos utilizados como justificação e legitimação de instituições. Por isso, cada tipo de institucionalização requer um tipo específico de ação social.

Em *A ética protestante* (para citar um exemplo) Weber evidencia que certos elementos do comportamento social advêm de ideias e valores específicos. Nesse caso, advêm da emergência da mentalidade econômica no interior do protestantismo ascético que fez com que se instaurasse em *ethos* moderno específico: as práticas racionais de conduta de vida. Ao passo em que esse comportamento social foi institucionalizado, os valores passaram a desempenhar um papel diferente do inicial. No caso da institucionalização do comportamento capitalista, outras normas tomaram o lugar das ideias religiosas – à exemplo dos interesses na salvação pessoal foram paulatinamente transformando-se em interesses materiais.

Há autores que se dedicam a atualizar a teoria das ordens sociais de Weber suplantando-a pela teoria neoinstitucional. Lepsius (2017), nomeadamente, desenvolveu uma teoria institucional neoweberiana a fim de compreender o socialismo nacional alemão e nos processos de democratização

da Alemanha. Ele resgata o entendimento weberiano de que as ideias que vigoram em uma dada ordem direcionam os interesses de seus integrantes e a amplia a ponto de defender a tese de que as instituições são, em si mesmas, a síntese entre ideias e interesses.

As instituições estruturam as ações sociais ao definir comportamentos esperados e ao sancionar comportamentos não enquadrados nesses limites. Por isso, uma ação institucionalizada orienta-se por uma meta definida por meios aprovados (seja por estatuto, consenso ou outros meios). O indivíduo, portanto, age em um contexto moral que justifica sua ação social. A responsabilidade ética é generalizada pelo raciocínio orientado para valores das instituições.

Talvez a grande contribuição de Lepsius para a teoria contemporânea seja a retomada da proeminência da ação social para as instituições – algo que Weber deixou evidente em sua teoria. Mesmo que a ação social tenha propriedades emergentes fortes na análise social, ela é retroalimentada pelo conteúdo de sentido vigente e legítimo da ordem, a qual, por sua vez, interdepende da ação social. Isso indica que a instituição não é sobredeterminante das ações, mas, antes, formada por elas. Dito de outra forma, a instituição é um processo estruturado e de estruturação da ação social em certos valores. Com isso, Lepsius consegue evidenciar que mesmo o nível macro de análise não possui completa autonomia frente à ação. As instituições não determinam as ações, mas são o contexto/local aonde as ações acontecem, uma referência.

Isso leva a crer que as instituições estão em constante processo de mudança e transformação internos, sejam elas permanentes e regulares ou transitórias. As instituições também estão em transformação externa dado seu constante conflito com outras instituições. Isso porque os diversos princípios orientadores da ação estão continuamente tentando se validar (se institucionalizar). As novas instituições estão necessariamente em conflito com as mais antigas, caso contrário, nenhuma externalização e nova institucionalização teriam ocorrido. Assim, se a “ética” das instituições é questionada e a legitimidade dessas instituições decai, outras normas e valores vêm à tona – tal como Weber havia demonstrado que o desenvolvimento histórico e único do Ocidente baseia-se em diferenciações específicas dentro da ordem institucional e em conflitos inter-institucionais. Mas, por outro lado, se o comportamento é consistente,

regular e tipicamente orientado para critérios de racionalidade, então o grau de institucionalização de um princípio orientador será alto.

Ao retomar a teoria de Weber, Lepsius (2017) conseguiu fundar uma corrente teórica que valoriza tanto as contribuições do antigo institucionalismo (que enfatiza o papel dos valores) quanto do novo institucionalismo (que centraliza o papel da racionalidade). Sob sua perspectiva, valores e ideias orientadoras tornam-se relevantes para a ação social se forem institucionalizados. Assim, o contexto de ação e os critérios do comportamento racional ficam explicitamente definidos.

Maurício Tragtenberg (2006), em consonância com os estudos de Peter Blau e Richard Scott (1970) e Harry Johnson (1960), esforçou-se em aproximar a teoria das organizações de Weber (especialmente aquela desenvolvida em seus textos empíricos) à outra parte de sua obra: a teoria da burocracia. Isso porque ele percebeu que as condições históricas alemãs, especialmente via a crise do capitalismo, permitiram a passagem da teoria da administração para a sociologia das organizações complexas em Weber.

A Revolução Industrial alemã aconteceu tardiamente, se comparada aos demais países europeus. Sob o poder de Bismarck, havia a aristocracia *junker* dos grandes proprietários de terra. Sob o poder de Guilherme II, uma burguesia industrial tutelada pela burocracia estatal. Isso explica, em certa medida, o fenômeno da incompetência administrativa-econômica da burguesia – fenômeno que levou Weber a se tornar um autocrítico das desagregações e reorganizações da Alemanha dos séculos XIX e XX.

Esse cenário político de burocratização (como o formalismo, normas escritas, estrutura hierárquica, impessoalidade no recrutamento do quadro e afins) justifica, em certa medida, suas reflexões sobre a separação das esferas econômica e política. À esfera econômica cabe o mérito da especialização técnica-administrativa. À esfera política, a organização das massas e formulação de políticas. Sem adentrar no mérito do conteúdo da discussão weberiana da burocracia nos cabe ressaltar, somente, que Tragtenberg (2006) inova ao apontar a íntima relação entre a teoria das organizações de Weber e seus escritos empíricos (como aqueles sobre as esferas de valor).

## 5 CONCLUSÕES

É comum encontrar teóricos que defendam Weber como o “pai do individualismo metodológico radical”. Todavia, essa posição unilateral vem sendo discutida e criticada, nos últimos 10 anos, por Albert, Schwinn, Lepsius, Breuer, entre outros. Corroboramos as reflexões dessa corrente de interpretação ao realizar um estudo exegético do texto de *Grundbegriffe* e revelar, com isso, que Weber (1921) desenvolveu um esquema ascendente de níveis de análise. Sua explicação sociológica inicia no nível micro (na ação), perpassa as relações sociais até alcançar o nível macro (organizações e ordens). Em vista disso, é possível falar em “individualismo metodológico” em Weber, todavia, em uma via moderada que admite a causalidade ascendente.

No plano da ação (nível micro) Weber inova ao conceber os valores como sentidos racionais para as ações. No plano da relação (nível macro) ele agrega a capacidade de auto ajuste com referência mútua às ações já existentes. Com sua macro-teoria da ordem Weber pôde revelar a existência de formações sociais não completamente reduzíveis à da ação, nem, por outro lado, completamente *sui generis*. Mas é com a organização (nível macro) que o autor retoma seus estudos sobre política outrora redigidos desenvolvendo, a partir disso, uma abordagem genuinamente sociológica do poder no interior das relações sociais regulamentadas.

Com essa posição metodológica Weber conseguiu operar com segurança conceitos como “Estado” sem atribuí-los um valor intrínseco que estivesse além do sentido das ações dos indivíduos. À vista disso, portanto, além das difundidas correntes teóricas que evidenciam a capacidade da microanálise weberiana (como de Alfred Schütz, 2018), há tentativas recentes de atualização da macro-teoria do autor que afirmam seu potencial de conexão entre relações sociais significativas e ideias institucionalizadas. Destacamos o neoinstitucionalismo, especificamente aquele desenvolvido por Lepsius (2017), que se dedica a rediscutir o conceito weberiano de ordem.

Lepsius (2017) retoma a proeminência conferida por Weber à ação social para a teoria das instituições. Ele defende que as instituições estruturam as ações sociais ao definir comportamentos esperados e ao sancionar ações não

enquadradas nesses limites. Assim, a ação social é retroalimentada pelo conteúdo de sentido vigente e legítimo da ordem, mesmo que possua propriedades emergentes fortes. Isso indica que a instituição não é sobredeterminante das ações, mas, antes, formada por elas.

À exemplo de Albert, defendemos que é necessário repensar as interpretações canonizadas das obras dos autores clássicos e, a partir disso, consoante ao esforço de Lepsius, pensar novos desafios para a agenda da teoria social contemporânea. Weber ainda se revela, nesse sentido, uma fonte inexorável de novas lições sociológicas. Assim, se outrora ele recebia o título malgrado de “individualista radical”, agora, em consonância com as interpretações recentes dos autores de Heidelberg, podemos ao menos conferir-lhe a posição mais correta não-reducionista (GREVE, 2006) – como o título de “individualista moderado” (SCHLUCHTER, 2005), e, em interpretações mais heterodoxas, de “holista moderado” (ALBERT, 2016).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a Sociologia Compreensiva de Max Weber possui uma estrutura conceitual lógica. Schluchter (2014) convenientemente esclarece que a arquitetura do pensamento de Weber não é *genético*. Isso é, Weber não pensa a ação social como um elemento isolado ao qual se introduz o contexto social, e, com isso, forma-se novas estruturas. Ele reconhece, com efeito, uma sequência lógica de conceitos em níveis de análise (ação social, relação social, ordem e organização). Tais conceitos estão construídos uns sobre os outros, e, por isso, possuem propriedades emergentes agregadas. Assim, mesmo que as relações possuam elementos distintos das ações sociais, elas não são substâncias autônomas. Ela forma padrões complexos de ação a partir de unidades de sentido mais simples, e, com isso, confere novas *características* à ação já existente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, G. Holismo Metodológico Moderado: uma interpretação weberiana do modelo macro-micro-macro. **Política & Sociedade**, v. 15, n. 34, 2016.



ALBERT, Gert *et al.* **Das Weber-Paradigma**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2003

ALEXANDER, Jeffrey. Analytical Debates: Understanding the Relative Autonomy of Culture. **ProtoSociology**, n. 7, 1995.

ALEXANDER, Jeffrey; GIESEN, Bernhard. From reduction to linkage: the long view of the micro/macro debate. In: ALEXANDER, Jeffrey *et al.* **The micro-macro link**. University of California Press: Bekerley, 1987.

BLAU, Peter; COTT, Rrichard. **Organizações formais**. São Paulo: Editora Atlas, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **El sentido practico**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

BREUER, Stefan. **Max Webers Herrschaftssoziologie**. Frankfurt/New York: Campus, 1991.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação**: fundamentos da Sociologia de Max Weber. SP: Queiroz, 1979.

DUSZA, Karl. Max Weber's conception of the State. **International Journal of Politics, Culture and Society**, v. 3, n. 1, 1989.

ESSER, Hartmut. Geltung, Legitimität und Herrschaft. In: \_\_\_\_\_. **Soziologie Spezielle Grundlagen: Institutionen**. Frankfurt: Campus Verlag, 2000.

\_\_\_\_\_. Das Weber-Paradigma, das Konzept des moderaten methodologischen Holismus und das Modell der soziologischen Erklärung. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, v. 58, n. 2, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GREVE, Jens. Max Weber und die Emergenz. Ein Programm eines nicht-reduktionistischen Individualismus? In: ALBERT, Gert *et al.* **Aspekte des Weber-Paradigmas**. VS Verlag: Berlim, 2006.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria de la acción comunicativa I**. Santa Fé de Bogotá: Taurus, 1999.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neoinstitucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, 2003.

JOHNSON, Harry. **Introdução sistemática ao estudo da sociologia**. São Paulo: Lidaador, 1960.

LEPSIUS, M. Rainer. Institutionenanalyse und Institutionenpolitik. In: NEDELMANN, Birgitta. Politische Institutionen im Wandel. **Sonderheft 35 der KZfSS**. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1997.

LEPSIUS, R. **Max Weber and institutional theory**. Suíça: Springer, 2017.

LUHMANN, Niklas. **Introduction to Systems Theory**. Cambridge: Polity Press, 2013.

McCLELLAND, D. **The Achieving Society**. Nova York: Harvard University, 1961.

PARSONS, Talcott. The institutionalization of authority. In: WEBER, Max. **The theory of social and economic organization**. Nova York: Oxford University Press, 1947.

\_\_\_\_\_. **The social system**. Londres: Routledge, 2005.

SCHLUCHTER, W. **Handlung, Ordnung und Kultur**. Heidelberg: Mohr Siebeck, 2005.

\_\_\_\_\_. **O desencantamento do mundo: seis estudos sobre Max Weber**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2014.

\_\_\_\_\_. **Max Weber Später Soziologie**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2016.

SCHÜTZ, A. **A construção significativa do mundo social**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2018.

SCHWINN, Thomas. Max Webers Konzeption des Mikro-Makro Problems. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, v. 45, 1993.

\_\_\_\_\_. Wieviel Subjekt Benötigt die Handlungstheorie? Zur Weber-Rezeption von Alfred Schütz und Talcott Parsons. **Revue Internationale de Philosophie**, v. 49, 1995.

SELL, Carlos Eduardo. **Max Weber e a racionalização da vida**. Petrópolis: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. Weber no século XXI: desafios e dilemas de um paradigma weberiano. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 35-71, 2014.

\_\_\_\_\_. Introdução: o que é a teoria social contemporânea? In: SELL, Carlos Eduardo; MARTINS, Carlos Benedito (orgs). **Teoria sociológica contemporânea: autores e perspectivas**. SP: Annablume, 2017.

\_\_\_\_\_. Poder instituído e potência subversiva: Max Weber e a dupla face da dominação carismática. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 98, 2018.

SELL, Carlos Eduardo; JUNIOR, Josias de Paula. A teoria sociológica e o debate micro-macro hoje. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 34, 2016.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

VANDENBERGUE, Frederic. Prefácio à edição brasileira: metateoria, teoria social, teoria sociológica". **Uma história filosófica da sociologia alemã**. São Paulo: Annablume, 2009, p. 1-37.

[MWG I/23] WEBER, Max. **Wirtschaft und Gesellschaft: Soziologie**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2013.